

Estado fará empréstimo internacional de R\$ 3 bilhões com BID para pagar precatórios

Guilherme Kolling e
Patrícia Comunello
politica@jornaldocomercio.com.br

O Rio Grande do Sul deve fechar 2021 com o primeiro superávit desde 2009. Além da redução de gastos, após reformas, receitas extraordinárias pela alta da inflação e as privatizações influenciaram no resultado. O governador Eduardo Leite (PSDB) avalia que é possível manter o equilíbrio fiscal, mas pontua que isso passa por duas medidas: renegociação da dívida com a União e o pagamento de precatórios. O primeiro item está encaminhado com o Regime de Recuperação Fiscal (RRF). A adesão permitirá ao governo gaúcho voltar a fazer operações de crédito. E Leite pretende obter um empréstimo internacional de R\$ 3 bilhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A ideia é usar o recurso exclusivamente para pagar precatórios. Serão pagos credores que tiverem feito acordo com o Estado, o que permitirá um deságio de cerca de 40%. "Com isso, vamos reduzir o estoque em mais de R\$ 5 bilhões", calcula Leite. Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, o governador também fala de privatizações, dificuldades da máquina pública para executar investimentos, mesmo com recursos disponíveis, e projeta ações para o último ano de mandato, que irá exercer até o fim, já que não pretende concorrer na eleição de 2022.

Jornal do Comércio – Este é o sexto ano consecutivo em que o Estado discute a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal da União. Com a aprovação do Teto de Gastos estadual, foi cumprido o último requisito. Sai a adesão do RRF em 2022?

Leite – Devemos fazer o pedido da adesão ainda em dezembro. A Secretaria do Tesouro Nacional deve se pronunciar até o final de janeiro. Então, nossa expectativa é ter a adesão em janeiro de 2022. Depois, tem uma etapa seguinte, a homologação do plano, que aponta as ações que o Estado empreenderá para ter equilíbrio das contas. Não esperamos o RRF para tratar da



Dívida com a União e estoque de precatórios são os desafios da década para o equilíbrio fiscal, diz Leite

recuperação fiscal do Estado. As privatizações, as reformas que aprovamos, tudo isso faz parte de uma estratégia de recuperação fiscal do Estado, que já é realidade. Agora, precisamos entrar em acordo com o principal credor, que é a União, para que possamos ter a retomada do pagamento da dívida. Como é um acordo com nosso credor, ele quer analisar este plano de recuperação do Estado. A partir da homologação desse plano, desenvolve-se o processo da recuperação ao longo dessa próxima década.

JC – Com a questão política, ano eleitoral, não pode aparecer um empecilho?

Leite – Acredito que não, houve um aprendizado por parte de todos, outros estados estão no mesmo processo, como Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro. Então, não há porque haver interferências políticas. Mas, é claro, a homologação do plano é feita pelo presidente da República (Jair Bolsonaro, PL), e esperamos que a análise seja técnica.

JC – O Estado, pela primeira vez desde 2009, deve fechar o ano com superávit em 2021. Dá para dizer que há um equilíbrio fiscal no Rio Grande do Sul ou é cedo? Porque houve fatores extraordinários para a receita,

como privatizações, inflação...

Leite – Além das privatizações, o Estado encontra-se numa situação de equilíbrio, não tem dívidas no curto prazo sem capacidade de pagamento. O ponto é que o Estado precisa dar encaminhamento a dois problemas estruturais: a dívida com a

ponto de vista fiscal. Por isso, é importante manter uma trajetória de responsabilidade, sem aumentos salariais que não sejam capazes de serem suportados. Nosso reajuste aos professores é feito com responsabilidade. Não podemos dar um reajuste que sejamos capazes de suportar no nosso governo por conta de receitas extraordinárias e os próximos governos não consigam arcar.

JC – Retomando, dá para falar em equilíbrio fiscal?

Leite – Se o Estado cumprir ao longo dessa década com responsabilidade a gestão fiscal, vai ser capaz de suportar os pagamentos da dívida (com a União) sem entrar em colapso. E será capaz de aumentar os aportes para o pagamento dos precatórios para liquidar o estoque até 2029, conforme exige a Constituição Federal. O Estado tem inscrito novos precatórios de um ano para o outro na ordem de R\$ 400 milhões. Pagamos R\$ 700 milhões por ano. O problema é que o estoque de precatórios é de R\$ 16 bilhões, a maior parte advindos da antiga Lei Brito, um reajuste concedido sem capacidade fiscal, na década de 1990. Então, estamos encaminhando com o BID um financiamento para que o Estado consiga fazer



Nossa expectativa é ter a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (da União) até o fim de janeiro de 2022

União e o estoque de precatórios. Esses são os grandes desafios da década para o Rio Grande do Sul.

JC – Por quê?

Leite – Porque com a efetivação do plano de recuperação fiscal, o Estado voltará a pagar a dívida com a União, algo em torno de R\$ 700 milhões por ano, ao longo da próxima década. Será um desafio para Estado do



Assista aos principais momentos da entrevista do governador

um pagamento maior de precatórios. Queremos baixar fortemente esse estoque dos próximos anos. A ideia é termos um empréstimo internacional, que o Regime de Recuperação Fiscal autoriza, para redução de passivos.

JC – Já tem o valor deste financiamento?

Leite – Pode chegar a R\$ 3 bilhões. Não sei se terá capacidade de execução já no ano de 2022.

JC – Mas contrata a operação de crédito em 2022?

Leite – Estamos já nesse processo de negociação. A ideia é fazermos uma redução forte desse estoque de precatórios. Pela nova regra estabelecida com a recente aprovação da PEC dos Precatórios no Congresso, esse dinheiro pode ser utilizado exclusivamente para pagamento de acordos diretos. E o Estado pode conseguir um deságio de cerca de 40%, ou seja, com R\$ 3 bilhões, seríamos capazes de reduzir mais de R\$ 5 bilhões do estoque. Remaneceria cerca de R\$ 10 bilhões, e o Estado deverá fazer um aumento do pagamento anual, que hoje é de R\$ 700 milhões, até conseguir zerar o estoque de precatórios em 2029.

JC – O senhor está articulando um grande "feirão de negociação dos precatórios"?

Leite – Não sei se dá para chamar desse jeito. Mas o Estado já faz isso. Do que o Estado paga em precatórios, metade vai para o cronograma e a outra metade para negociações diretas. Fazemos um chamamento dos credores, aqueles que se dispõem a receber com deságio, recebem na frente. O Estado faz isso todos os anos. A ideia é essa, porque o Estado não conseguirá resolver o seu estoque de precatórios até 2029 se não for nesse formato, o Estado deveria subir de R\$ 700 milhões para mais de R\$ 2,5 bilhões por ano para pagamento de precatórios.

JC – E quem não aceita a